

Políticas públicas de aleitamento materno no Brasil: uma revisão integrativa

Breast feeding policy in Brazil: an integrative review

¹ Eliesia de Figueredo Paiva  

² Júlio César Soares Aragão 

³ Ana Paula Cunha Pereira 

RESUMO

Os desafios que as políticas públicas de Aleitamento Materno no Brasil enfrentam atualmente estão ligados a: equidade de gênero no trabalho, extensão das leis de licença maternidade e paternidade, desigualdade econômicas e sociais, falta de proteção a trabalhadora do mercado informal ou autônoma e compreensão que o processo do aleitamento materno vai além da visão técnica e biológica. A presente pesquisa objetivou analisar a literatura específica que versa sobre o assunto, trazendo considerações sobre a temática aqui desenvolvida. Pergunta norteadora da pesquisa: as políticas públicas de aleitamento materno no Brasil se mostram efetivas em termos de aplicabilidade? A metodologia empregada foi uma revisão integrativa tendo como critério de inclusão pesquisas realizadas no Brasil nos anos de 2012 a 2022, inseridas nas bases de dados da SciELO e BVS – Biblioteca Virtual em Saúde. Como resultados pudemos observar que políticas públicas no Brasil contribuem para o apoio e incentivo ao aleitamento materno, porém os dados obtidos sugerem a necessidade de revisitar o processo de implementação, certificação e avaliação destes programas com vistas de obter melhores índices de aleitamento materno. Diante do exposto podemos concluir que as atuais políticas públicas nacionais de aleitamento materno ainda não atendem plenamente as necessidades sociais e que existem amplas oportunidades de melhorias, como por exemplo: maior número de pesquisas, publicações e políticas públicas que promovam uma maior adesão ao aleitamento materno, a qualificação dos profissionais da saúde de modo que possam aporte teórico para ofertar as gestantes, mãe e familiares.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Aleitamento Materno. Profissionais da Saúde

ABSTRACT

The challenges faced by breastfeeding policies in Brazil are currently linked to: gender equity in the workplace, extension of maternity and paternity leave laws, economic and social inequalities, lack of protection for informal and self-employed workers, and the comprehension that breastfeeding goes beyond technical and biological aspects. This research aimed to analyse a particular literature on the subject, providing considerations on the theme. Guiding research question: are public breastfeeding policies in Brazil effective in terms of applicability? The methodology was a integrative review covering researches conducted in Brazil from 2012 to 2022, included in the databases SciELO and BVS – Virtual Health Library. In the results we observed that public policies in Brazil contribute to supporting and promoting breastfeeding, however the data collection suggests the need to revisit the implementation, certification and evaluation processes of these programs to achieve better breastfeeding rates. We can conclude that public breastfeeding policies in Brazil do not fully meet social needs and there are ample opportunities for improvement, such as: increased research, publications, and public policies promoting greater adherence to breastfeeding, and enhancing healthcare professionals' qualifications to provide theoretical support to pregnant women, mothers, and families.

Keywords: Public Policy. Breastfeeding. Health Professionals.

1 Mestre. Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA – Volta Redonda - RJ.

2 Doutor. Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA – Volta Redonda - RJ

3 Doutora. Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA – Volta Redonda - RJ.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de um recorte de pesquisa, elaborada no âmbito de uma pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente), cujo objeto de estudo é o conhecimento das mães sobre o aleitamento materno acerca das Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. Neste contexto o planejamento da atenção ao aleitamento materno tem se configurado como um desafio para gestores, trabalhadores da saúde e formuladores de políticas públicas. Isso porque, a realidade brasileira traz aspectos associados a fatores que merecem nossa atenção. Referimo-nos a equidade de gênero no trabalho, a desigualdades econômicas e sociais, aos fatores socioeconômicos, a falta de proteção à trabalhadora do mercado informal ou autônoma, as diferenças intra e inter-regionais da taxa de mortalidade infantil, a cultura, as relações familiares e a implicação dos diversos atores que integram o sistema, por intermédio de ações e ferramentas voltadas para a melhoria dos serviços como a Educação Permanente em Saúde, levando a mudanças das práticas e organização do trabalho. Em outras palavras, tais fatores sinalizam que, compreender os processos que envolvem o aleitamento materno está para além de uma visão técnica e biologicista. (Araújo et al., 2021; Carvalho; Gomes, 2019; Fonseca et al., 2021; Pinheiro; Azambuja; Bonamigo, 2021; Pivetta et al., 2018; Silva; Ribeiro, 2020).

No entanto, vale destacar que, embora a lista de desafios seja extensa, o Brasil hoje guarda uma posição privilegiada de modo global, no que se refere às ações de incentivo à amamentação, criadas nas esferas públicas da saúde, cujos registros remontam a década de 1940, época em que as políticas públicas acenavam para a utilização de mamadeiras e preparações lácteas (Brasil, 2021a; Carvalho; Gomes, 2019), no que tange as atuais taxas de aleitamento no Brasil elas se apresentam abaixo do esperado (Enani, 2019; Fonseca et al., 2021; Melo; Oliveira; Pereira, 2021; Oliveira et al., 2023; Silva, 2021)

Desta forma, observamos que os caminhos percorridos desde 1940, levaram a diversas ações, como exemplo temos desde a criação do Instituto Nacional de Puericultura, atual Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz, até Brasil a Convenção 103 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assegurava a licença maternidade de, no mínimo, 12 semanas.

Uma das constatações deste rol de ações foram os altos índices de desnutrição e mortalidade e, com vistas de obter melhorias, o governo brasileiro estabeleceu outras medidas para impulsionar o incentivo ao aleitamento materno, recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF). A título ilustrativo, temos o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), constituído em 1972, que passa a ter a responsabilidade por elaborar toda a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), instituindo a partir daí o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), o International Baby Food Action Network (IBFAN), fundado em 1983 no Brasil pela médica sanitária Marina Rea. Atualmente a rede faz-se presente em vários estados e é composta por um grupo de pessoas das mais diversas áreas que atuam de forma voluntária, e em 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente pela Lei Federal nº 8.069/1990, art. 9º (Brasil, 2017; Carvalho; Gomes, 2019; IBFAN, 2022).

Daí, no decorrer das últimas décadas o aleitamento materno no Brasil tem evoluído de forma significativa, considerando o quantitativo volumoso de políticas públicas nacionais e prioritárias desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, contribuindo assim, com a recuperação da prática da amamentação. Dentre elas elencamos: o Hospital Amigo da Criança (IHAC), a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (BLH), as Normas Brasileiras de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância (NBCAL) (Brasil, 2006, p. 1), o Método Canguru, as campanhas anuais, como o dia Nacional da Doação de Leite Humano e a Semana Mundial da Amamentação, a Estratégia Amamenta Alimenta Brasil, a Rede Amamenta Brasil, os Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno e a iniciativa Mulher Trabalhadora que Amamenta (Brasil, 2021b, 2022; Carvalho; Gomes, 2019; Ministério Da Saúde, 2021).

Como resultado das ações implementadas, uma pesquisa recente e inédita coordenada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e divulgada em 10 de novembro de 2021 no site da Fiocruz, mostra que o

aleitamento materno vem aumentando no Brasil e sinaliza que a amamentação faz parte da vida das crianças de até dois anos e suas mães (Fiocruz, 2021).

Observa-se do mesmo modo, um aumento na quantidade de publicações científicas nos últimos anos, que tem documentado a adaptação e ampliação de iniciativas realizadas no Brasil e o próprio conceito de aleitamento como campo teórico, vem se expandindo e buscando uma unificação das terminologias (Carvalho; Gomes, 2019).

Desse modo, é de fundamental importância conhecer e utilizar os conceitos de aleitamento materno preconizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e que são utilizados como indicadores em pesquisa científica (Andrade et al., 2022; Carvalho; Gomes, 2019). Os tipos de aleitamento materno são classificados como: Aleitamento Materno Exclusivo, quando o bebê recebe como alimento somente leite materno, seja ele direto da mama, ordenhado ou leite humano de outra fonte, sem outros líquidos ou sólidos, podendo o lactente receber gotas ou xaropes contendo vitaminas, sais de reidratação oral, suplementos minerais ou medicamentos. O Aleitamento Materno Predominante, quando o bebê recebe o leite do seio materno, mais sais de reidratação oral, água, chá, sucos. O Aleitamento Materno, quando a criança recebe leite proveniente da mama ou ordenhado, juntamente com outros alimentos líquidos ou sólidos. O Aleitamento Materno Complementado, quando o lactente recebe além do leite materno, alimentos sólidos ou semissólidos com o objetivo de complementá-lo e não de substituí-lo. Já o Aleitamento Materno Misto ou Parcial, ocorre quando o lactente recebe leite materno e outros tipos de leite. O Ministério da Saúde do Brasil, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) recomendam que o aleitamento exclusivo ocorra durante os seis primeiros meses de vida do bebê e o aleitamento materno aconteça por dois anos ou mais, assegurando assim, todos os seus benefícios para a mãe e criança (Andrade et al., 2022; Carvalho; Gomes, 2019; Ministério Da Saúde, 2021; Moraes; Guirardi; Miranda, 2020; Sousa et al., 2021)

Diante do exposto, esta pesquisa parte de uma questão norteadora: as políticas públicas de aleitamento materno no Brasil se mostram efetivas em termos de aplicabilidade? A presente pesquisa teve como objetivo analisar a literatura específica que versa sobre as políticas públicas voltadas para o aleitamento materno no Brasil e trazer considerações sobre a temática aqui desenvolvida. Para o alcance desse objetivo lançamos mão de uma revisão integrativa, com foco nos artigos produzidos nos últimos dez anos e publicados nas bases de dados da SciELO e BVS.

2 MÉTODO

Nesta pesquisa utilizamos o método de revisão integrativa com o propósito de analisar o tema das políticas públicas de aleitamento materno no Brasil, com a finalidade de alcançar uma síntese sistematizada do material analisado, desdobrando-se assim, em aberturas para novas pesquisas.

A revisão integrativa, trata de uma ampla abordagem metodológica de revisão que associa dados da literatura empírica e teórica, autorizando a inclusão de diferentes abordagens metodológicas, seja ela quantitativa ou qualitativa, propiciando uma percepção dos fenômenos analisados e engloba: revisão de teorias e evidências, definição de conceitos e análise dos problemas metodológicos de um ponto particular. Este método permite que o leitor examine o conhecimento pré-existente sobre o tema pesquisado (Ferreira et al., 2014; Pompeo; Rossi; Galvão, 2009; Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Para melhor sistematização, seguimos os seguintes padrões de rigor metodológico: Questão norteadora; Critérios de seleção preliminar; Critérios de exclusão e Procedimentos de análise.

Definiu-se que a pesquisa tem por objetivo responder a seguinte questão norteadora: as políticas públicas de aleitamento materno no Brasil se mostram efetivas em termos de aplicabilidade?

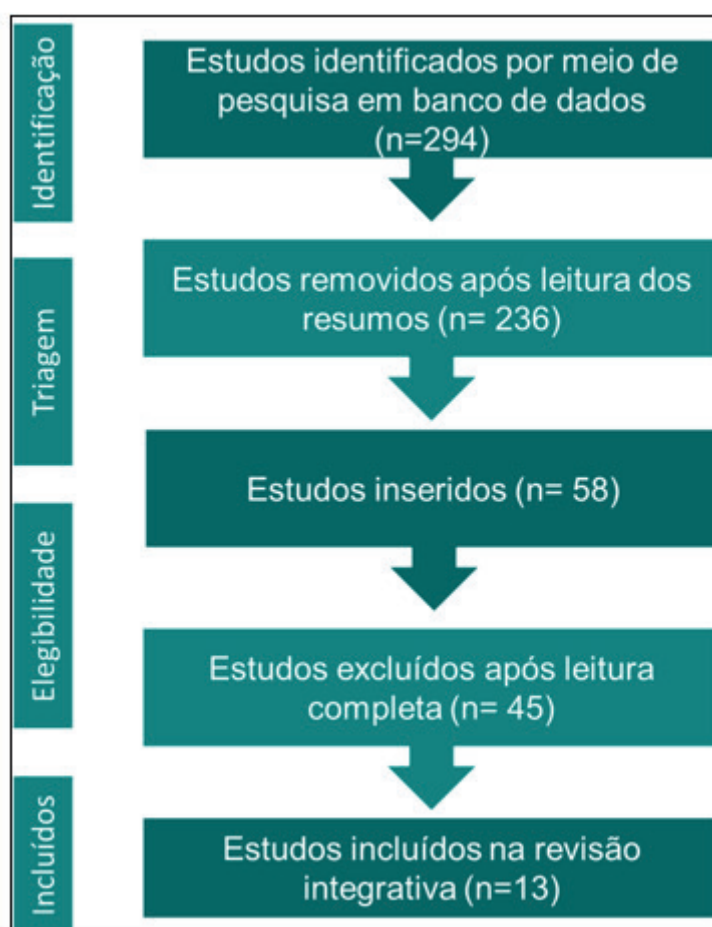
Para a realização do presente estudo, primeiramente foi realizada uma busca às bases de dados: SciELO por ser considerada a mais ampla fonte de dados para o acesso à produção científica nacional (Baptista; Soares, 2017) e a BVS - Biblioteca Virtual em Saúde, escolhida por integrar inúmeras fontes de informação em saúde (Silva, 2022).

Na seleção dos artigos foram utilizados os seguintes descritores: política pública and aleitamento materno e política pública and amamentação, em artigos que abarcassem o contexto brasileiro, disponíveis na língua portuguesa, disponibilizados na íntegra e com temática relacionada às políticas públicas de aleitamento materno no Brasil abrangendo o intervalo temporal entre 2012 e 2022.

Como critérios de exclusão, optou-se por não utilizar: teses, dissertações, textos incompletos, artigos duplicados encontrados em mais de um dos descritores, bem como os artigos que abarcavam outras temáticas e textos não disponibilizados na íntegra para acesso on-line.

Inicialmente foram selecionados um total de 294 produções científicas, onde a coleta de dados ocorreu no mês de maio de 2022. Em seguida, foram realizadas as leituras dos resumos, selecionando um total de 58 artigos que preencheram os critérios de inclusão e foram lidos na íntegra. Destes, foram excluídos 45 que não tinham como foco as políticas públicas de aleitamento materno no Brasil. Ao fim do processo foram selecionados 13 artigos referenciados nesta revisão. A figura 1 ilustra o caminho demarcado no decorrer da pesquisa.

Figura 1 – Levantamentos dos artigos.



Fonte: Elaborados pelos autores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa realizada tem por objetivo apresentar os resultados e discutir os dados levantados nesta revisão integrativa e para tal foram selecionados 13 artigos, que abordam alguns temas voltados para as políticas públicas de aleitamento materno no Brasil. Dentre eles: o Hospital Amigo da Criança e os Dez Passos para o Sucesso da Amamentação, a Rede Amamenta e Alimenta Brasil, a Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação, o Método Canguru, Banco de Leite Humano, as prevalências e fatores associados ao aleitamento materno e os progressos do Brasil no que tange à promoção e apoio ao aleitamento materno e por último a licença maternidade, o trabalho feminino e o papel das empresas e gestores no apoio ao aleitamento materno. O quadro 1 apresenta a síntese dos artigos analisados nessa pesquisa.

Quadro 1 – Artigos organizados por ano de publicação.

Autor(es), Ano e Base de Dados	Título	Metodologia e Objetivo	Resultados
(FIGUEREDO; MATTAR; ABRÃO, 2012) BVS	Iniciativa Hospital Amigo da Criança: uma política de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno.	Revisão de literatura. Realizar uma revisão da literatura sobre os dez passos da Iniciativa Hospital Amigo da Criança.	Mostrou que as mudanças nas práticas hospitalares (Dez Passos do Hospital Amigo da Criança) aumentaram a prevalência do aleitamento materno diminuindo o desmame precoce e a morbimortalidade infantil.
(ALVES; OLIVEIRA; MORAES, 2013) SciELO	Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação e sua relação com aleitamento materno exclusivo	Estudo observacional transversal. Analisar o predomínio do aleitamento materno exclusivo associando-o com o auxílio das Unidades Básicas Amiga da Amamentação.	O artigo concluiu que a iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação promoveu um aumento nas taxas do aleitamento materno exclusivo e contribuiu para orientação de mães e gestantes quando implementada a rede primária de saúde.
(VENANCIO et al., 2016) SciELO	Associação entre o grau de implantação da Rede Amamenta e Alimenta Brasil e indicadores de amamentação	Pesquisa avaliativa do tipo análise de implantação. Avaliar o grau de implantação em Unidade Básica de Saúde - UBS de três municípios da rede amamenta Brasil e seu impacto e influência sobre indicadores de aleitamento materno.	Em estudo realizado em 56 unidades básicas de saúde em três municípios brasileiros verificou-se que o cumprimento dos quatro critérios utilizados pelo Ministério da Saúde que caracterizam a Rede Amamenta Brasil podem não ter continuidade após a certificação.
(KALIL; AGUIAR, 2016) SciELO	Trabalho feminino, políticas familiares e discursos pró-aleitamento materno: avanços e desafios à equidade de gênero.	Empírico. Analisar os materiais educativos da política nacional de aleitamento materno do Ministério da Saúde.	O artigo traz questões que envolvem o trabalho feminino, o discurso pró-aleitamento materno, as leis de proteção à infância e a maternidade e ainda mais recentemente à paternidade, pontuando também que as políticas familiares não atendem as totalmente às necessidades sociais.

(FERNANDES et al., 2018) SciELO	Condutas de gestores relacionadas ao apoio ao aleitamento materno nos locais de trabalho	Qualitativa, exploratório-descritiva. Identificar o comportamento dos gestores relacionados ao apoio ao aleitamento materno realizadas em empresas públicas e privadas.	O estudo evidencia lacunas importantes no apoio a amamentação nos locais de trabalho, considerando importante a reflexão sobre as condutas que devem ser incentivadas, modificadas ou ampliadas de modo que haja um aperfeiçoamento do suporte a amamentação nos locais de trabalho.
(RIMES; OLIVEIRA; BOCCOLINI, 2019) SciELO	Licença-maternidade e aleitamento materno exclusivo	Estudo transversal. Analisar a associação entre o aleitamento materno exclusivo e a licença maternidade em crianças menores de 6 meses.	O trabalho afirma que a licença-maternidade colabora para a prática do aleitamento materno exclusivo, nos seis primeiros meses de vida do lactente, indicando a relevância de seus benefícios para mulher do mercado formal e a proteção do aleitamento materno.
(LAMOUNIER et al., 2019) SciELO	Iniciativa hospital amigo da criança: 25 anos de experiência no Brasil	Revisão sistemática. Descrever os 25 anos da iniciativa hospital amigo da criança no Brasil.	O artigo faz um relato histórico sobre o hospital amigo da criança no Brasil e mostra que hospitais credenciados apresentam índices elevados de amamentação, quando comparado ao de hospitais que não são credenciados.
(ALVES et al., 2020) SciELO	Impacto do método canguru sobre o aleitamento materno de recém-nascidos pré-termo no Brasil: uma revisão integrativa	Revisão integrativa da literatura. Verificar se o método canguru tem influência sobre aleitamento materno.	O artigo mostra que um fator limitador do Método Canguru são as escassas pesquisas sobre o tema e sinalizou que tal método tem influência positiva sobre o aleitamento materno e no estabelecimento do vínculo mãe-bebê, porém o acompanhamento ambulatorial não se mostrou eficaz.
(MELO; OLIVEIRA; PEREIRA, 2021) SciELO	Progressos do Brasil na proteção, promoção e apoio do aleitamento materno sob a perspectiva do Global <i>Breastfeeding Collective</i>	Revisão narrativa. Discutir e identificar os avanços das ações para a proteção e promoção do aleitamento materno no Brasil.	O artigo mostra que o Brasil tem obtido resultados promissores no que tange a implementação da legislação para a proteção do aleitamento materno bem como a atuação dos municípios nos programas comunitários de apoio ao aleitamento materno e que os indicadores estão distantes das metas pactuadas para 2030.

(JUCHEM; GOTLER MEDEIROS; FREITAG, 2021) BVS	Maternidade trabalho: as empresas apoiam o cuidado à saúde materno infantil?	Descritivo exploratório, transversal, qualitativa. Analisar o entendimento das trabalhadoras no que tange a atuação das empresas na garantia dos cuidados no ciclo gravídico puerperal e amamentação.	O artigo revelou que algumas mulheres não possuem conhecimento sobre os direitos da gestante e que por vezes se sentem constrangidas por faltar ao trabalho, que as empresas cumprem apenas parcialmente seu papel sugerindo ainda que para que o aleitamento materno siga seu curso faz-se necessário o apoio dos profissionais de saúde, da família e das empresas.
(FONSECA et al., 2021) SciELO	O papel do banco de leite humano na promoção da saúde materno infantil: uma revisão sistemática	Revisão sistemática Identificar as atividades promovidas pelos Bancos de Leite Humano e seu papel no favorecimento da saúde materno infantil	Traz uma abordagem sobre os seguintes temas: o perfil das doadoras de leite humano; a atuação dos profissionais do Banco Leite Humano; o ganho de peso de bebês prematuros que receberam leite humano do banco de leite Humano e por último as ações promovidas pelo Banco de Leite Humano.
(RIBEIRO et al., 2021) BVS	Dez passos para o sucesso no aleitamento materno: influência na continuidade da amamentação	Revisão integrativa Avaliar as produções científicas brasileiras no que tange a influência dos 10 passos para o sucesso do aleitamento materno na continuidade da amamentação.	O estudo mostra que a normatização da assistência influencia positivamente na permanência do aleitamento materno apontando vantagens e propondo oportunidades de melhorias na adesão, apontando as desvantagens de se oferecer substituto do leite materno e demonstra que aqueles que receberam suporte no aleitamento materno na primeira hora após o parto ficaram mais propensos a mantê-lo em domicílio.
(ANDRADE et al., 2022) BVS	Prevalência e fatores associados ao aleitamento materno em crianças menores de 2 anos de idade.	Estudo de corte transversal analítico com abordagem quantitativa Verificar a prevalência e os fatores associados ao aleitamento materno em crianças menores de 2 anos de idade.	Este estudo sugere que há uma maior chance de amamentação em mulheres que foram amamentadas na infância assim como maior adesão nas seguintes situações: nas gestantes que atingiram idade gestacional acima de 37 semanas, nas que realizaram seis ou mais consulta de pré-natal, nas que iniciaram o aleitamento materno na 1ª hora de vida, no aleitamento materno iniciado no hospital e ainda nos lactentes com até seis meses de vida que não fizeram uso de chupeta.

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.1 Hospital Amigo da Criança e os Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno

Foram selecionados quatro artigos que versam sobre a iniciativa Hospital Amigo da Criança. Lamounier et al. (2019) fazem um relato histórico sobre o Hospital Amigo da Criança e sinalizam que tal iniciativa foi atualmente revisada, atualizada e expandida com o objetivo de incluir o cuidado aos recém-nascidos nas unidades neonatais e na atenção à mulher desde o pré-natal e que os hospitais credenciados apresentam índices elevados de amamentação quando comparado aos de hospitais que não são credenciados.

Já Ribeiro et al. (2021) apontam que a normatização da assistência influencia positivamente na permanência da amamentação. A prevalência do aleitamento materno aumenta quando a equipe de saúde recebe treinamentos de modo a orientar as vantagens e o manejo da lactação protegendo contra aleitamento misto, mastite e desmame precoce, bem como as desvantagens de se oferecer substitutos do leite materno, bicos artificiais ou chupetas pois os mesmos interferem negativamente no estabelecimento e manutenção da amamentação. Outro fator relevante apresentado é que aqueles pais que receberam suporte no aleitamento materno na primeira hora após o parto ficaram mais propensos a mantê-los em domicílio.

O exposto acima é confirmado por Figueredo, Mattar e Abrão (2012), que nos mostram, através dos estudos analisados, que as mudanças nas práticas hospitalares de acordo com os dez passos do Hospital Amigo da Criança aumentaram a prevalência do aleitamento materno contribuindo para a diminuição do desmame precoce e morbimortalidade infantil.

Os autores pontuam que é possível analisar, ao longo dos anos, que a existência do Hospital Amigo da Criança, mostra que o Brasil tem obtido resultados promissores no tange a implantação da legislação para a proteção do aleitamento materno, contudo, existe uma variação na quantidade de hospitais, com números aquém de leitos hospitalares, bem como, o baixo número de hospitais credenciados no Brasil se comparado com outros países (Figueredo; Mattar; Abrão, 2012; Lamounier et al., 2019; Melo; Oliveira; Pereira, 2021).

Outro fator relevante, são os indicadores referentes as taxas de aleitamento materno que não estão sendo produzidas a cada cinco anos e os progressos desses indicadores se encontram afastados do previsto para as metas pactuadas para 2030 (Melo; Oliveira; Pereira, 2021).

Com o intuito de obter melhorias os autores sugerem que: o quantitativo de nascimentos em Hospitais Amigos da Criança, doações em prol do aleitamento materno, mudanças nas práticas hospitalares de acordo com Dez Passos do Hospital Amigo da Criança, treinamento da equipe de saúde se fazem necessários na política de apoio e incentivo ao Hospital Amigo da Criança no Brasil, de modo a promover avanços (Figueredo; Mattar; Abrão, 2012; Lamounier et al., 2019; Melo; Oliveira; Pereira, 2021)

3.2 Políticas Pró-aleitamento, Licença Maternidade e Condutas de Empresas e Gestores

Foram analisados quatro artigos que abordam as temáticas citadas no subtítulo: Fernandes et al. (2018), Juchem; Gotler Medeiros; Freitag (2021), Kalil; Aguiar (2016) e Rimes; Oliveira; Boccolini (2019) e todos trazem considerações sobre os desafios enfrentados por mulheres que trabalham que tem o desejo de manter o aleitamento materno após o fim da licença maternidade.

Os estudos evidenciaram que existem importantes lacunas nos locais de trabalho como: mulheres que desconhecem os direitos das gestantes e por vezes se sentem constrangidas, por faltar ao trabalho, discursos oficiais que reforçam o valor da amamentação para o lactente e salientam a divisão sexual no trabalho, mulheres que se sentem frustradas e culpadas quando não consegue amamentar, ficando dividida entre casa, família, trabalho e o lactente. (Fernandes et al., 2018; Juchem; Gotler Medeiros; Freitag, 2021; Kalil; Aguiar, 2016)

Diante do exposto, os autores mostram que as atuais políticas públicas nacionais não atendem as necessidades sociais e que os profissionais não possuem informações suficientes para orientar as mães sobre seus

direitos e que tais fatos influenciam a prática do aleitamento materno exclusivo, durante os seis primeiros meses de vida do lactente. Para tanto, eles sugerem a adequação das políticas públicas para as mulheres e homens que trabalham, tais como: leis que promovam a proteção à infância, a extensão da licença maternidade e paternidade, a criação de licenças parenterais, a divulgação dos direitos por parte das gestantes, o apoio dos profissionais da saúde, indicando os benefícios e favorecendo a proteção ao aleitamento materno, a participação da família e das empresas, considerando importe a reflexão sobre condutas que devem ser incentivadas, modificadas e ampliadas, para que haja um aperfeiçoamento do suporte a amamentação nos locais de trabalho (Fernandes et al., 2018; Juchem; Gotler Medeiros; Freitag, 2021; Kalil; Aguiar, 2016; RIMES; Oliveira; Boccolini, 2019)

3.3 Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação, Rede Amamenta e Alimenta Brasil

Alguns autores referenciados no quadro 1 dentre os quais cito: Alves; Oliveira; Moraes (2013) e Venancio et al. (2016) trazem suas considerações sobre os progressos e as necessidades de melhorias no tange a iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação e a rede Amamenta e Alimenta Brasil.

A Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação (EUBAAM) começou a ser idealizada em 1997 no Grupo Técnico Interinstitucional de Incentivo ao Aleitamento Materno (GTIIAM), coordenado pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) e composto por representantes de entidades de classe, de organizações não governamentais (ONGS), de Hospitais Amigos da Criança e do Centro de Referência Nacional em Bancos de Leite Humano (Carvalho; Gomes, 2019, p. 485).

A Secretária de Estado de Saúde do Rio de Janeiro lançou a Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação (IUBAAM), com o intuito de obter melhorias nos índices de aleitamento materno e inserir a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno na atenção básica, uma vez que no Brasil as gestantes e mães são assistidas pela rede básica de saúde (Alves; Oliveira; Moraes, 2013; Brasil, 2017; Carvalho; Gomes, 2019).

Sendo que a primeira unidade credenciada na Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação foi a unidade da Estratégia da Família Mariana Torres, situada no município de Volta Redonda, no ano de 2001 (Alves; Oliveira; Moraes, 2013; Carvalho; Gomes, 2019).

Já as pesquisas conduzidas na Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação em Barra Mansa e na unidade primária da cidade do Rio de Janeiro, mostraram que houve um aumento considerável nas taxas de aleitamento materno exclusivo após a sua implantação (Alves; Oliveira; Moraes, 2013; Carvalho; Gomes, 2019; Venancio et al., 2016).

Em Barra Mansa a prevalência do aleitamento materno cresceu de 30,2% em 2003, para 46,7% em 2006. O referido aumento também se deu em todas as cidades onde foi implantada a Iniciativa Unidade Amiga da Amamentação. Os estudos também mostraram que a iniciativa trouxe mudanças e repercussões satisfatórias como: a redução dos casos de diarreia, a diminuição do uso de chupetas e gestantes e mães satisfeitas como o apoio e suporte recebido. Portanto, a estratégia se mostrou eficaz tanto para a prática do aleitamento materno como para a saúde materno-infantil (Alves; Oliveira; Moraes, 2013; Carvalho; Gomes, 2019; Venancio et al., 2016).

Cabe ressaltar, que embora a iniciativa tenha se mostrado eficaz no que tange a duração e prevalência do aleitamento materno exclusivo, ela ficou restrita ao estado do Rio de Janeiro e a alguns outros municípios brasileiros (Carvalho; Gomes, 2019).

Nesse contexto, em 18/11/2008 através da Portaria MS nº 2.799 é criada a Rede Amamenta Brasil no âmbito do Sistema Único de Saúde, como estratégia da atenção nas Unidades Básicas de Saúde - UBS, visando aumentar as taxas de aleitamento materno e reduzir a mortalidade. Em 05/09/2013 fica instituída por meio da Portaria nº 1.920 a Estratégia Nacional para a Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar no Sistema Único de Saúde – Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (Brasil, 2017; Venancio et al., 2016).

A estratégia tinha como objetivo incentivar e reforçar a promoção do aleitamento materno e a alimentação saudável para crianças menores de 02 anos no âmbito do SUS, por meio da qualificação do processo de trabalho dos profissionais da atenção básica. A proposta tinha como base a metodologia crítico-reflexiva e alinhava-se a Política de Educação Permanente (Brasil, 2017; Venancio et al., 2016).

Após estudo realizado em 56 unidades básicas de saúde de três municípios brasileiros, observou-se um aumento do aleitamento materno exclusivo, porém, o mesmo não ocorreu em relação ao aleitamento materno. Também se verificou uma diferença no desempenho diferenciado das Unidade Básica de Saúde - UBS que haviam sido credenciadas quando comparado àquelas que haviam realizado oficinas de trabalho. Em compensação, apenas 18 (32,1%) das Unidade Básica de Saúde - UBS credenciadas cumpriram os quatro critérios preconizados pelo Ministério da Saúde, denotando que tais critérios podem não ter continuidade após a certificação.

Diante do exposto, o autor sugere a necessidade de revisitar o processo de implementação, processo de certificação e avaliação do mesmo, com vistas de obter melhores índices tanto de aleitamento materno quanto de alimentação complementar no país (Venancio et al., 2016).

3.4 Banco de Leite Humano e o Método Canguru

O cuidado mãe canguru foi idealizado em Bogotá, na Colômbia, pelos doutores Héctor Martines Gómez e Edgar Rey Sanabria, sua criação se deu mediante a falta de tecnologias de apoio, se tornando assim uma alternativa frente a escassez de incubadoras (Alves et al., 2020; Brasil, 2017; Carvalho; Gomes, 2019; Santiago, 2013).

No Brasil, o Método Canguru foi divulgado por meio de norma técnica em dezembro de 1999, publicada através da portaria GM nº 693 em 05 de julho de 2000 e posteriormente atualizada em 2007 pela Portaria GM nº 1.683 (Alves et al., 2020; Brasil, 2017; Carvalho; Gomes, 2019).

O Método Canguru é um modelo assistencial, que visa proporcionar o contato pele a pele com a mãe, oferecendo ao neonato a sensação de contato íntimo com os pais, garantindo uma evolução integral do bebê, propiciando o estabelecimento do vínculo mãe-bebê, o aumento da confiança da família nos cuidados, estimulando o aleitamento materno e desenvolvendo as potencialidades de ambos para as novas etapas (Alves et al., 2020; Carvalho; Gomes, 2019; Santiago, 2013).

Porém existem fatores que devem ser levados em conta como: as escassas pesquisas sobre o tema, a utilização dos termos “Posição Canguru”, “Cuidado Mãe Canguru” e “Método Canguru” erroneamente encontrados como sinônimos nas pesquisas brasileiras, posto que cada um deles possui seu significado e particularidades e os conflitos com a rotina dos cuidados diários que geralmente são preestabelecidos (Alves et al., 2020; Carvalho; Gomes, 2019).

Outro fator que merece atenção, são os Bancos de Leite Humano, iniciativa criada pelo Ministério da Saúde, em parceria com Secretaria de Políticas de Saúde e pela Fundação Oswaldo Cruz. Os Bancos de Leite Humano no Brasil tem como objetivo: promover a saúde da mulher e da criança, incentivar o aleitamento materno, acompanhando as nutrizes que apresentam dificuldades durante a prática do aleitamento, contribuir com redução da taxa de mortalidade materna e neonatal, realizar coleta, processamento e controle oferecendo leite humano de qualidade e captar doadoras (Brasil, 2017; Carvalho; Gomes, 2019; Fonseca et al., 2021).

A partir dos estudos analisados, foi possível verificar que as regiões Sudeste e Sul, possuem o maior índice de publicações e reúnem a maior parte dos hospitais credenciados na Iniciativa Hospital Amigo da Criança (Fonseca et al., 2021).

Este também verificou o perfil das doadoras e constatou que apenas 14% não haviam recebido qualquer informação, entretanto, os índices de desinformação sobre temas específicos mais frequentes foram de 20,8%;

29,1%; 31,3%. Dentre eles, a estimulação da produção de leite, as funções do leite materno para além da alimentação e mama ingurgitada (Fonseca et al., 2021).

A distribuição das doadoras, o papel dos profissionais de saúde, as ações promovidas pelo Banco de Leite Humano e o ganho de peso dos prematuros, também foram objeto de investigação, tendo sido observado que é de fundamental relevância que os profissionais de saúde estejam capacitados e comprometidos na orientação das gestantes e mães, de modo a contribuir para a manutenção do aleitamento materno, promovendo a saúde materno infantil, além de captar doadoras, fazendo uso das políticas públicas voltadas para crianças menores de 02 anos, de ferramentas que facilitem o trabalho da rede e educação continuada (Andrade et al., 2022; Carvalho; Gomes, 2019; Fonseca et al., 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do questionamento que estrutura esta pesquisa, pode-se afirmar que a literatura utilizada mostra que as políticas públicas implementadas no Brasil trouxeram resultados positivos para saúde materno infantil ao longo dos anos.

Contudo, no Brasil faz-se necessário o investimento em qualificações e ações educativas voltadas para os profissionais atuantes na área da saúde, na rede básica e na educação infantil, uma vez que estes desempenham um papel importante na promoção do aleitamento materno.

Outros desafios que ocupam o cenário são: a ampliação da parceria das unidades da rede básica de saúde com os Bancos de Leite Humano, a fim de divulgar e aumentar a captação de doadoras; a fomentação das políticas públicas já existentes; a implementação de ações voltadas para a mulher trabalhadora que amamenta; a adequação de políticas públicas para mulheres e homens que trabalham garantindo a extensão da licença maternidade e paternidade e um olhar diferenciado sobre Aleitamento Materno, entendendo que este, abarca não somente fatores biológicos, mas também socioculturais e econômicos, promovendo assim uma quebra de paradigmas e contribuindo para alcançarmos maior efetividade em termos de aplicabilidade no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. L. N.; OLIVEIRA, M. I. C. DE; MORAES, J. R. DE. Iniciativa Unidade Basica Amiga da Amamentacao e sua relacao com o aleitamento materno exclusivo. **Revista de Saúde Pública**, v. 47, n. 6, p. 1130–1140, dez. 2013.
- ALVES, F. N. et al. Impacto do método canguru sobre o aleitamento materno de recém-nascidos pré-termo no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 11, p. 4509–4520, nov. 2020.
- ANDRADE, L. D. DE et al. Prevalência e fatores associados ao aleitamento materno em crianças menores de 2 anos de idade. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 20, n. 4, p. 610–618, 11 fev. 2022.
- ARAÚJO, C. M. M. O. DE et al. Políticas Públicas e a Primeiríssima Infância: avanços, limites e desafios. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, p. e171101220184, 17 set. 2021.
- BAPTISTA, M. N.; SOARES, T. F. P. Revisão integrativa da ansiedade em adolescentes e instrumentos para avaliação na base Scientific Electronic Library Online. **Revista Avaliação Psicológica**, v. 16, n. 1, p. 97–105, 2017.
- BRASIL, M. DA S. **Lei nº 11.265**. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11265.htm>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL. Bases para a discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno. p. 70, 2017.

BRASIL, M. DA S. **Campanha incentivativa o aleitamento materno no Brasil**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2021/07/campanha-incentiva-o-aleitamento-materno-no-brasil>>. Acesso em: 29 jun. 2023a.

BRASIL, M. DA S. **Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos – Versão Resumida**. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/guia-alimentar-para-criancas-brasileiras-menores-de-2-anos-versao-resumida/>>. Acesso em: 29 jun. 2023b.

BRASIL, M. DA S. **Ministério da Saúde lança campanha na Semana Nacional de Amamentação**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/agosto/ministerio-da-saude-lanca-campanha-na-semana-nacional-de-amamentacao>>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CARVALHO, M. R. D.; GOMES, C. F. **Amamentação: Bases Científicas**. Barueri: Guanabara Koogan, 2019. Disponível em: <[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788527730846/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover\]!/4/2/2%4051:1](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788527730846/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4051:1)>. Acesso em: 19 jun. 2022.

ENANI. **Relatório 4 - Aleitamento materno**. ENANI, 2019. Disponível em: <<https://enani.nutricao.ufjr.br/index.php/relatorio-4-aleitamento-materno/>>. Acesso em: 29 jun. 2023

FERNANDES, V. M. B. et al. Conduas De Gestores Relacionadas Ao Apoio Ao Aleitamento Materno Nos Locais De Trabalho. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 27, n. 3, 6 ago. 2018.

FERREIRA, V. F. et al. Educação em saúde e cidadania: revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 12, n. 2, p. 363–378, ago. 2014.

FIGUEREDO, S. F.; MATTAR, M. J. G.; ABRÃO, A. C. F. DE V. Iniciativa Hospital Amigo da Criança: uma política de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, n. 3, p. 459–463, 2012.

FIOCRUZ. **Pesquisa revela dados inéditos sobre amamentação no Brasil**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-revela-dados-ineditos-sobre-amamentacao-no-brasil>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FONSECA, R. M. S. et al. O papel do banco de leite humano na promoção da saúde materno infantil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, p. 309–318, jan. 2021.

IBFAN. **IBFAN Brasil**, 2022. Disponível em: <<http://www.ibfan.org.br/site/sobre-a-ibfan/quem-somos>>. Acesso em: 19 jun. 2022

JUCHEM, N. M.; GOTLER MEDEIROS, C. R.; FREITAG, A. L. Maternidade e trabalho: as empresas apoiam o cuidado à saúde materna e infantil? **Revista de APS**, v. 22, n. 3, 1 jun. 2021.

KALIL, I. R.; AGUIAR, A. C. DE. Trabalho feminino, políticas familiares e discursos pró-aleitamento materno: avanços e desafios à equidade de gênero. **Saúde em Debate**, v. 40, n. 110, p. 208–223, set. 2016.

LAMOUNIER, J. A. et al. Baby Friendly Hospital Initiative: 25 Years Of Experience In Brazil. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 37, n. 4, p. 486–493, dez. 2019.

MELO, D. S.; OLIVEIRA, M. H. DE; PEREIRA, D. DOS S. Brazil's Progress In Protecting, Promoting And Supporting Breastfeeding From The Perspective Of The Global Breastfeeding Collective. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 39, p. e2019296, 2021.

- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Amamenta e alimenta Brasil: recomendações baseadas no Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos - Qualificação Profissional**. 2021. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/cursos/curso/46403>>. Acesso em: 25 maio. 2023.
- MORAIS, A. C.; GUIRARDI, S. N.; MIRANDA, J. DE O. F. Práticas de Aleitamento Materno em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 34, 30 abr. 2020.
- OLIVEIRA, A. C. S. et al. Papel do profissional da enfermagem no aleitamento materno: uma revisão integrativa de literatura. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 6, p. e17312642197–e17312642197, 17 jun. 2023.
- PINHEIRO, G. E. W.; AZAMBUJA, M. S. DE; BONAMIGO, A. W. As práticas de Educação Permanente em Saúde no contexto da Estratégia Saúde da Família: uma revisão integrativa. **Revista Práxis**, v. 13, n. 2sup, 2021.
- PIVETTA, H. M. F. et al. Prevalência de aleitamento materno e fatores associados: uma revisão de literatura. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 17, n. 1, p. 91, 27 jun. 2018.
- POMPEO, D. A.; ROSSI, L. A.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 22, n. 4, p. 434–438, 2009.
- RIBEIRO, P. DE L. et al. Ten steps to breastfeeding success: the influence on breastfeeding continuity / Dez passos para o sucesso no aleitamento materno: influência na continuidade da amamentação. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, p. 451–459, 15 mar. 2021.
- RIMES, K. A.; OLIVEIRA, M. I. C. DE; BOCCOLINI, C. S. Maternity leave and exclusive breastfeeding. **Revista de Saúde Pública**, v. 53, p. 10, 30 jan. 2019.
- SANTIAGO, L. B. **Manual de Aleitamento Materno**. Barueri: Manole Saúde, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520439319/pageid/5>>. Acesso em: 19 jun. 2022.
- SILVA, D. S. D. A Equipe Interdisciplinar no Contexto Hospitalar. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 17, n. 38, p. 20, 2022.
- SILVA, A. A. M. DA. Aspectos metodológicos do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 8, p. e00172121, 2021.
- SILVA, M.; RIBEIRO, P. Visita Domiciliar como Tecnologia de Cuidado no Incentivo ao Aleitamento Materno Exclusivo. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 16, n. 36, p. 1–13, 2 nov. 2020.
- SOUSA, F. L. L. DE et al. Benefícios do aleitamento materno para a mulher e o recém nascido. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e12710211208–e12710211208, 7 fev. 2021.
- SOUZA, M. T. DE; SILVA, M. D. DA; CARVALHO, R. DE. Integrative review: what is it? How to do it? **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102–106, mar. 2010.
- VENANCIO, S. I. et al. Associação entre o grau de implantação da Rede Amamenta Brasil e indicadores de amamentação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 3, 2016.